

Neon Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento

CNPJ/ME nº 20.855.875/0001-82 - NIRE 35.300.476.581

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de Setembro de 2023

1. **Data, hora e local:** em 01 de setembro de 2023, às 9h00, na sede social da **Neon Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento** ("Companhia"), localizada na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. 2. **Convocação e presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404/76"), tendo em vista a presença da única acionista da Companhia, representando a totalidade do seu capital social, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. 3. **Composição da Mesa:** Presidente: Sr. **Jamil Saud Marques**; Secretária: Sra. **Cristiane Alessandra Cabral de Moura Coutinho**. 4. **Ordem do dia:** (I) eleger novos membros da diretoria; (II) reformar o item "d" do Parágrafo Primeiro do Artigo 18; e (III) consolidar o Estatuto Social da Companhia. 5. **Considerações Preliminares:** A única acionista autorizou a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º da Lei 6.404/76. 6. **Deliberações:** Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, os representantes da única acionista da Companhia, por unanimidade e sem qualquer ressalva, deliberaram o que segue: 6.1. Eleger os membros abaixo qualificados, para os cargos de Diretores Executivos II, para o mandato atual em curso que se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizado no ano de 2025, a saber: • **Fernanda Solon**, brasileira, divorciada, advogada, portadora da RG 10.506.164-2 e inscrita no CPF nº 043.046.367-74, com endereço comercial na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. • **Alexandre Augusto Zaia Rodrigues**, brasileiro, casado em regime de união estável, engenheiro, portador da cédula RG 30481903-7-SSP-SP e inscrito no CPF nº 361.630.798-84, com endereço comercial na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. 6.1.1. Os diretores eleitos declaram para os devidos fins e efeitos legais que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por qualquer lei especial, e que não foram condenados por qualquer crime, bem como não estão sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nem foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. 6.1.2. A posse dos Diretores ora eleitos fica condicionada à homologação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil, nos termos da regulamentação aplicável. 6.1.3. Condicionada à aprovação do Banco Central do Brasil da eleição mencionada, confirmar a composição da Diretoria da Companhia conforme quadro a seguir. O mandato dos Diretores listados se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que se realizará no ano de 2025:

Nome	Cargo
Pedro Henrique de Souza Conrade	Diretor Executivo I
Carlos Felipe Alvarez de Carvalho	
Cristiano Fernandes da Silva	
Fernando Carvalho Botelho de Miranda	
Jamil Saud Marques	
Juliana Noriko Yamada	Diretores Executivos II
Paula Oliveira Martinnelli	
Roberta Stella Monzani Rabelo	
Victor Hugo Maranhão de Loyola	
Fernanda Solon	
Alexandre Augusto Zaia Rodrigues	

6.2. Reformar o item "d" do Parágrafo Primeiro do Artigo 18 do Estatuto Social, a fim de complementar a redação do referido item no que tange às atividades de rotina da área financeira, incluindo a frase "assinatura para emissão, transferência, endosso de Cédula de Crédito Bancário (CCB)". 6.2.1. Face a deliberação supra do Parágrafo Primeiro do Artigo 18 do Estatuto Social, passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 18 [...] **Parágrafo Primeiro**, A Companhia também poderá ser representada por 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador, devidamente constituído na forma do Parágrafo Segundo, abaixo, quando se tratar da prática de atos de rotina que não criem obrigações para a Companhia, tais como a representação em (a) processo judicial e/ou administrativo; (b) a assinatura de correspondências; (c) a emissão de certificados digitais pertencentes a cadeia de certificados ICP-Brasil; e (d) atividades de rotina da área financeira, incluindo a assinatura de proposta para abertura e/ou de encerramento de conta bancária; o cadastramento de usuário mestre/eu a atualização cadastral perante instituição bancária; requisição de limite de conta SELIC com instituição bancária; e assinatura para emissão, transferência, endosso de Cédula de Crédito Bancário (CCB). Para as atividades elencadas no item "d", acima, a Companhia somente poderá ser representada pelo Diretor Executivo II Sr. Jamil Saud Marques ou por 1 (um) procurador, desde que este tenha sido nomeado pelo mencionado Diretor Executivo II, devidamente constituído na forma do Parágrafo Segundo abaixo [...]" 6.3. Consolidar o Estatuto Social da Companhia, contemplando a alteração deliberada acima, na forma do **Anexo I** à presente ata. 7. **Encerramento, Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Jamil Saud Marques, Presidente; e Cristiane Alessandra Cabral de Moura Coutinho, Secretária. **Acionista:** Neon Payments, Ltd. (Conferir com a original lavrada em livro próprio). São Paulo, 01 de setembro de 2023. **Jamil Saud Marques** - Presidente; **Cristiane Alessandra Cabral de Moura Coutinho** - Secretária.

Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto Social e Duração - Artigo 1 - A Neon Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, regendose por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"). **Artigo 2 - A Companhia** tem sede e foro na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, 2º andar, Água Branca, CEP 05001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e poderá, por decisão da Diretoria, abrir, manter e extinguir filiais, sucursais, depósitos, escritórios e armazéns em qualquer parte do território nacional e no exterior, observadas as formalidades legais. **Artigo 3 - A Companhia** tem por objeto social (I) a exploração de atividades concernentes à prestação de serviços de fornecimento de tecnologia para clientes e fornecedores, incluindo, mas não se limitando, ao fornecimento de tecnologia para pagamentos; (II) a instituição e administração de arranjo de pagamento próprio, sendo responsável por desenvolver as regras e os procedimentos que disciplinam a prestação de serviços de pagamento ao público; (III) a prestação de atividades, no âmbito do seu próprio arranjo de pagamento ou de terceiros, como instituição de pagamento, que incluem, mas não se limitam a prestação do serviço de emissão de instrumentos de pagamento pré e pós pagos; (IV) outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente; (V) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; e (VI) a prestação de serviços de iniciador de transação de pagamento. **Artigo 4 - A Companhia** terá duração por tempo indeterminado, podendo ser dissolvida em virtude de determinação da Assembleia Geral ou nas hipóteses previstas na Lei nº 6.404/76. **Capítulo II - Capital Social e Ações - Artigo 5 - O capital social** é de **R\$ 3.410.047.763,48** (três bilhões, quatrocentos e dez milhões, quarenta e sete mil, setecentos e sessenta e três reais e quarenta e oito centavos), dividido em 21.074.680 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro - As ações** são indivisíveis perante a Companhia, que não reconhece mais que um proprietário para cada unidade. **Parágrafo Segundo - Cada ação** confere ao seu titular direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Parágrafo Terceiro - A propriedade** das ações será comprovada pela devida inscrição do nome do titular no livro de Registro de Ações Nominativas. **Parágrafo Quarto - A Companhia** poderá, por deliberação da Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações, conforme mecanismo definido no Plano de Opção de Compra de Ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, direta ou indiretamente. As ações mantidas em tesouraria poderão ser alocadas ao Plano de Opção de Compra de Ações, por decisão da Assembleia Geral. **Artigo 6 - Na ocasião** de aumento do capital social da Companhia, os acionistas terão direito de preferência para subscrverem as novas ações, na proporção das suas respectivas participações no capital social, observadas as disposições da Lei nº 6.404/76. **Artigo 7 - As ações** da Companhia não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas, penhoradas, gravadas ou dadas em usufruto, total ou parcialmente, a qualquer título, exceto mediante autorização da integralidade dos acionistas. As ações da Companhia não são passíveis de garantir qualquer obrigação pessoal dos acionistas. Fica ainda vedada a emissão de partes beneficiárias. **Capítulo III - Assembleia Geral - Artigo 8 - A Assembleia Geral** é o órgão deliberativo da Companhia e tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. A Assembleia Geral reunirá-se, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei nº 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação enviada aos acionistas por um dos Diretores Executivos I ou por qualquer acionista representando, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social votante da Companhia, até 15 (quinze) dias de antecedência à data da Assembleia Geral. **Artigo 9 - A Assembleia** será instalada, em primeira e segunda convocação, por acionistas representando pelo menos a maioria do capital social votante da Companhia. A Assembleia será presidida por um dos Diretores Executivos I, ou, se ausente, por qualquer acionista presente, que procederá à eleição da mesa, composta do presidente e um secretário, também escolhido dentre os presentes, acionistas ou não. **Parágrafo Primeiro - Dos trabalhos** e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, que representem, no mínimo, o quórum necessário para as deliberações tomadas. **Parágrafo Segundo - A ata** poderá ser lavrada na forma de sumário dos fatos, incluindo dissidências e protestos. **Artigo 10 - As deliberações** da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto afirmativo de acionistas que detenham ações que representem a maioria das ações com direito a voto da Companhia, exceto se quórum superior for requerido pela lei aplicável, caso em que serão aplicadas as disposições legais, ressalvadas as exceções previstas no Artigo 11 abaixo. **Artigo 11 - As matérias** elencadas abaixo dependerão da aprovação de acionistas detentores de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, representando, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação das ações com direito a voto (excluídas as ações em tesouraria), exceto quando a legislação exigir quórum superior: (I) qualquer aumento ou redução do capital e aumento ou redução no número de ações; (II) criação (por emissão, incorporação, reclassificação ou de outro modo) de qualquer valor mobiliário da Companhia com direitos, preferências ou privilégios superiores ou iguais aos das ações ou ainda aumento dos direitos, preferências ou privilégios de qualquer valor mobiliário da Companhia, o qual, na presente data, seja inferior se comparado aos direitos, preferências ou privilégios das ações; (III) aprovação da política de dividendos da Companhia, bem como qualquer alteração a tal política de dividendos e/ou aprovação de distribuição de dividendos em desacordo com o estabelecido em tal política; (IV) resgate ou recompra, ou ainda acordar em resgatar ou recomprar, quaisquer valores mobiliários emitidos pela Companhia, excetuadas as compras feitas de títulos e/ou empregados da Companhia, no término da prestação de seus serviços, nos termos de contratos já existentes e aprovados pela Assembleia Geral; (V) dissolução, liquidação, falência e/ou recuperação judicial da Companhia; (VI) qualquer alteração no número de membros da Diretoria da Companhia ou alteração de qualquer procedimento adotado pela Companhia no que diz respeito à indicação, nomeação ou eleição dos membros da Diretoria; (VII) qualquer aquisição ou alienação da totalidade ou de parte de participação societária em outra sociedade ou de ativos de outra sociedade; (VIII) qualquer reorganização societária da Companhia, incluindo operações de aquisição, incorporação, cisão, transformação, fusão, incorporação de ações; (IX) criação, modificação ou revogação de qualquer plano de benefícios, incluindo o Plano de Opção de Compra de Ações; (X) alienação ou oneração de direitos de propriedade intelectual da Companhia; (XI) qualquer forma de oneração das Ações de emissão da Companhia; e (XII) o voto da Companhia sobre qualquer uma das matérias acima listadas com relação a qualquer uma de suas subsidiárias. **Artigo 12 - A Companhia** não deverá tomar nenhuma ação que, nos termos deste Estatuto Social, esteja condicionada à aprovação dos acionistas, sem antes obter a mencionada aprovação. **Parágrafo Primeiro - Os acionistas** poderão fazer-se representar na Assembleia Geral da Companhia, por procurador constituído há menos de 1 (um) de ano, nos termos da Lei nº 6.404/76. O referido instrumento de mandato deverá ser arquivado na sede da Companhia. **Parágrafo Segundo - O exercício** do direito de voto em qualquer Assembleia de Acionistas em violação ao disposto neste artigo deverá ser nulo e inválido com relação à Companhia, os acionistas e quaisquer terceiros. **Capítulo IV - Administração da Companhia - Artigo 13 - A Companhia** será administrada por uma Diretoria. **Artigo 14 - A Diretoria** será composta por, no mínimo, 2 (dois) até, no máximo, 13 (treze) membros,

sendo até 3 (três) Diretores Executivos I e até 10 (dez) Diretores Executivos II, pessoas físicas, acionistas ou não, residentes no país, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. **Artigo 15 - No caso** de vacância de cargo da Diretoria, a respectiva substituição será deliberada pela Assembleia Geral, em reunião a ser convocada e realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da vacância, salvo se a vacância for de todos os cargos da Diretoria, hipótese em que a Assembleia Geral deverá se reunir imediatamente para indicar os substitutos. **Artigo 16 - As Reuniões** da Diretoria serão realizadas sempre que exigido pelo interesse social. **Artigo 17 - A Diretoria** terá amplos poderes para administrar a companhia e para realizar todos os atos e operações relacionadas ao objeto social, observando as disposições deste Estatuto Social. **Artigo 18 - Como regra geral**, a representação da Companhia e a prática de atos necessários ao seu funcionamento serão realizadas da seguinte forma: I. Por 2 (dois) Diretores Executivos em conjunto, ou II. Por qualquer Diretor Executivo em conjunto com 1 (um) procurador, devidamente constituído na forma do Parágrafo Segundo abaixo, no limite do respectivo mandato. **Parágrafo Primeiro - A Companhia** também poderá ser representada por 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador, devidamente constituído na forma do Parágrafo Segundo, abaixo, quando se tratar da prática de atos de rotina que não criem obrigações para a Companhia, tais como a representação em (a) processo judicial e/ou administrativo; (b) a assinatura de correspondências; (c) a emissão de certificados digitais pertencentes a cadeia de certificados ICP-Brasil; e (d) atividades de rotina da área financeira, incluindo a assinatura de proposta para abertura e/ou de encerramento de conta bancária; o cadastramento de usuário master e/ou a atualização cadastral perante instituição bancária; e requisição de limite de conta SELIC com instituição bancária; e assinatura para emissão, transferência, endosso de Cédula de Crédito Bancário (CCB). Para as atividades elencadas no item "d", acima, a Companhia somente poderá ser representada pelo Diretor Executivo II Sr. Jamil Saud Marques ou por 1 (um) procurador, desde que este tenha sido nomeado pelo mencionado Diretor Executivo II, devidamente constituído na forma do Parágrafo Segundo abaixo. **Parágrafo Segundo - A Diretoria**, mediante a assinatura de 2 (dois) Diretores Executivos, poderá constituir procuradores para agir em nome da Companhia, especificando, nos respectivos instrumentos, todos os poderes que serão atribuídos aos mesmos, cujo prazo de duração não poderá ser superior a 1 (um) ano, excluídos do limite de duração apenas as procurações "ad judicia". **Parágrafo Terceiro - A Companhia** fixará limites de alçadas para a celebração de contratos, cujos valores somados observem o montante determinado na tabela a seguir, bem como os pagamentos de suas parcelas não extrapolem o período de 12 (doze) meses consecutivos:

Valor	Alçadas
Até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)	Assinatura de 2 (dois) Diretores Executivos em conjunto ou 1 (um) Diretor Executivo e 1 (um) Procurador com poderes especiais
Acima de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)	Assinatura de 2 (dois) Diretores Executivos em conjunto, sendo obrigatoriamente 1 (um) Diretor Executivo I

Parágrafo Quarto - Serão nulos e não gerarão responsabilidades para a Companhia os atos praticados em desconformidade às regras dos parágrafos precedentes. **Artigo 19 - São expressamente vedados**, sendo nulos de pleno direito e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor ou procurador que a envolvam em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais. **Artigo 20 - A remuneração** dos membros da Diretoria, incluindo benefícios de qualquer natureza, será definida, anualmente, pela Assembleia Geral, considerando suas responsabilidades, tempo despendido em suas funções, a competência profissional, sua reputação e seu valor de mercado. **Capítulo V - Deveres e Responsabilidades dos Administradores - Artigo 21 - Os administradores**, no exercício de suas funções, deverão enviar seus melhores esforços a fim de que a Companhia alcance e desenvolva seu objetivo social, assim como para cumprir seus deveres e obrigações perante os acionistas, funcionários e sociedade do local no qual opera, cujos direitos e interesses devem ser respeitados. **Artigo 22 - Cumpra** os administradores abster-se de manter atividades ou participar de negócio concorrente ou conflitante com a Companhia direta ou indiretamente, salvo se aprovado pela Assembleia Geral. O administrador que pretender engajar-se em atividade ou participar de negócio concorrente ou conflitante com a Companhia deverá, antes de qualquer providência, submeter tal atividade ou negócio à prévia aprovação da Assembleia Geral. Outrossim, é vedado aos administradores intervir em qualquer operação social em que tiverem interesse conflitante com o da Companhia, bem como em qualquer deliberação que seja tomada pelos demais administradores, cumprindo-lhes identificar os demais administradores do seu impedimento e fazer consignar em ata de Assembleia Geral a natureza e a extensão desse impedimento. **Capítulo VI - Conselho Fiscal - Artigo 23 - A Companhia** possuirá um Conselho Fiscal não permanente que, quando instalado, será constituído por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro - A instalação** do Conselho Fiscal deverá ser deliberada pela Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo - Os membros** efetivos do Conselho Fiscal serão investidos nas suas funções mediante a assinatura de um Termo de Posse, registrado no respectivo livro de registro de atas de reunião do Conselho Fiscal. **Parágrafo Terceiro - As funções**, competência, deveres, responsabilidades dos membros do Conselho Fiscal deverão obedecer às disposições legais. **Parágrafo Quarto - Quando** no exercício de suas funções, os membros efetivos do Conselho Fiscal terão direito a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral, observados os limites legais. **Capítulo VII - Exercício Social e Distribuição de Dividendos - Artigo 24 - O exercício** social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo Primeiro - Ao término** de cada exercício social serão elaboradas as Demonstrações Financeiras previstas em lei. Os lucros líquidos verificados terão a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (b) pelo menos 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, estipulado de acordo com o Artigo 202 da Lei das S.A., para pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; e (c) o saldo deverá ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral, observadas as disposições legais, conforme definido abaixo, a esse respeito. **Parágrafo Segundo - A Companhia** poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em qualquer outra periodicidade não inferior a um mês calendário, para apuração dos lucros dos respectivos períodos, que poderão ser distribuídos ou retidos, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo Terceiro - A Companhia** poderá pagar juros sobre capital próprio, nos termos da legislação vigente. **Capítulo VIII - Dissolução e Liquidação da Companhia - Artigo 25 - A Companhia** entrará em dissolução e liquidação nos casos e pelo modo previsto na Lei nº 6.404/76, ou, de acordo com o que determinar a Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro - Sendo** a dissolução e liquidação fixada em Assembleia Geral, esta deverá eleger e nomear o liquidante, assim como as disposições legais aplicáveis a serem observadas. **Parágrafo Segundo - Caso** ainda não esteja instalado o Conselho Fiscal, a Assembleia Geral o elegerá e fixará-lhe a remuneração no período de liquidação. **Capítulo IX - Ouvidoria - Artigo 26 - A Companhia** terá uma Ouvidoria, composta por um Ouvidor, que será nomeado pela Diretoria dentre pessoas que preencham as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos. O Ouvidor terá mandato de 24 (vinte e quatro) meses, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro - A Ouvidoria** contará com condições adequadas para sua função, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção. **Parágrafo Segundo - É assegurado** o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições. **Parágrafo Terceiro - O Ouvidor** poderá ser destituído pela Diretoria nas seguintes situações: (i) no caso de descumprimento das atribuições inerentes ao seu cargo, tais como aquelas previstas no Artigo 28 abaixo; ou (ii) caso venha a apresentar desempenho aquém daquele esperado pela Diretoria. **Artigo 27 - A Ouvidoria** tem por finalidade: (I) prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Companhia; (II) atuar como canal de comunicação entre a Companhia e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive mediação de conflitos; **Artigo 28 - São atribuições** e atividades da Ouvidoria: (I) informar à Diretoria da Companhia a respeito das atividades de Ouvidoria; (II) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços da Companhia; (III) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta; (IV) encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto; e (V) manter a Diretoria da Companhia informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos Diretores para solucioná-los. **Parágrafo Único - O diretor** responsável pela Ouvidoria deve elaborar relatório semestral quantitativo e qualitativo referente às atividades desenvolvidas pela Ouvidoria, nas datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro. O referido relatório deve ser encaminhado à auditoria interna e à Diretoria. **Capítulo X - Disposições Gerais - Artigo 29 - Os casos** omissos no presente Estatuto Social serão regidos pelas disposições da Lei nº 6.404/76 e legislação vigente aplicável. **Artigo 30 - A Companhia** manterá em sua sede cópias dos contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas ou planos de opções de aquisição de ações ou de outros títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, e disponibilizará tais cópias aos acionistas que as requererem. **Artigo 31 - As divergências** envolvendo os acionistas e a Companhia, decorrentes do presente Estatuto Social, deverão ser solucionadas por arbitragem, de acordo com o Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Regras de Arbitragem"). O Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Câmara de Arbitragem") ficará encarregado de administrar e conduzir a arbitragem. **Parágrafo Primeiro - Sem prejuízo** da validade desta cláusula arbitral, as partes elegem, com a exclusão de quaisquer outros, o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, se e quando necessário, para fins exclusivos de: (I) execução de obrigações que comportem, desde logo, execução judicial; (II) obtenção de medidas coercitivas ou procedimentos cautelatórios como garantia à eficácia do procedimento arbitral; e (III) obtenção de medidas de caráter mandamental e de execução específica, sendo certo que, atendida a providência mandamental ou de execução específica perseguida, restituir-se-á ao Tribunal Arbitral a ser constituído ou já constituído, conforme o caso, a plena e exclusiva competência para decidir acerca de toda e qualquer questão, seja de procedimento ou de mérito, que tenha dado ensejo ao pleito mandamental ou de execução específica, suspendendo-se o respectivo procedimento judicial até decisão do Tribunal Arbitral, parcial ou final, a respeito. O ajuizamento de qualquer medida nos termos previstos nesta cláusula não importa em renúncia à cláusula compromissória prevista neste Acordo ou à plena jurisdição do Tribunal Arbitral. **Parágrafo Segundo - O Painel** de Arbitragem deverá ser composto por 03 (três) árbitros a serem nomeados em consonância com as Regras de Arbitragem. A arbitragem ocorrerá na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde o laudo arbitral deverá ser emitido, e será conduzida na língua portuguesa. **Parágrafo Terceiro - Na maior** amplitude permitida por lei, os Acionistas e a Companhia renunciam ao seu direito de apresentar qualquer recurso (incluindo, mas não limitado) ao laudo arbitral e quaisquer medidas contra sua execução. A execução do laudo arbitral poderá ser solicitada perante qualquer foro que tenha competência jurisdicional. O laudo arbitral será final e vinculante para as partes. **Parágrafo Quarto - A fim** de facilitar a resolução abrangente de conflitos no âmbito do presente Estatuto Social, e de outros acordos e instrumentos mencionados neste Estatuto Social e/ou em referidos instrumentos, todos e quaisquer ditos conflitos poderão ser objeto de um único procedimento arbitral, observadas as seguintes condições e circunstâncias. Se uma ou mais arbitragens já estão em curso com relação a uma disputa nos termos de quaisquer acordos celebrados entre as partes, qualquer uma das partes de uma nova disputa relacionada a tais contratos ou qualquer arbitragem iniciada posteriormente poderá solicitar que tal nova disputa ou arbitragem subsequente seja consolidada em qualquer procedimento arbitral iniciado anteriormente. Dentro de 20 (vinte) dias, contados do pedido de consolidação dos procedimentos arbitrais, as partes envolvidas na nova disputa ou procedimento arbitral posterior deverão escolher uma das arbitragens anteriores em curso, na qual deverá ser realizada a consolidação ("Arbitragem Seleccionada"). Se as partes em uma nova disputa ou procedimento arbitral posterior não chegarem a um consenso sobre a Arbitragem Seleccionada, dentro do referido prazo de 20 (vinte) dias, então a Câmara de Arbitragem deverá indicar qual será a Arbitragem Seleccionada dentro de 20 (vinte) dias a contar do recebimento de solicitação por escrito de uma parte da nova disputa ou da arbitragem subsequentemente proposta. Se a Câmara de Arbitragem não indicar a Arbitragem Seleccionada em até 20 (vinte) dias conforme descrito acima, a primeira arbitragem iniciada será considerada como a Arbitragem Seleccionada. Assim, a nova disputa ou arbitragem posteriormente apresentada deverá ser consolidada na primeira arbitragem, desde que os árbitros da Arbitragem Seleccionada determinem que: (a) a nova disputa ou arbitragem subsequentemente proposta apresente problemas significativos de fato ou de direito comum com os da Arbitragem Seleccionada; (b) nenhuma parte envolvida na nova disputa ou na Arbitragem Seleccionada sofrerá prejuízos com a consolidação; e (c) a consolidação nestas circunstâncias não resultaria em demora injustificada para a Arbitragem Seleccionada. Qualquer ordem de consolidação emitida pelos árbitros da Câmara de Arbitragem será final e vinculativa para as partes em litígio (seja na arbitragem nova, na Arbitragem Seleccionada ou em quaisquer arbitragens posteriormente propostas). As partes renunciam a qualquer direito que possam ter relacionado à apresentação de recurso, esclarecimento de interpretação, revisão ou anulação da decisão de consolidação.

